

SINJEP HOJE

Revista Digital do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado do Pará

ANO 1 Nº 1

FEV-MAR/2022



TRIBUTO AOS QUE PARTIRAM

Na edição de lançamento da nossa revista digital, a Diretoria do SINJEP faz uma pausa para reverenciar a memória de todos aqueles que perderam a vida para a Covid-19: familiares, colegas, amigos, parentes, afetos, etc. Pessoas que deixaram um vazio em nossas almas e a lembrança perene em nossas memórias.

Desde o início da pandemia o SINJEP atuou junto à Administração do TJPA para cuidar da segurança e das necessidades dos trabalhadores do Judiciário e permanece na luta e no trabalho para garantir nossos direitos e segurança.

Depois desse tempo de tristeza e incerteza, 2022 chega trazendo a esperança de dias melhores, apesar da pandemia ainda não ter acabado e da necessidade de permanecermos mais vigilantes e unidos na luta.

Não por acaso, com consciência desse novo tempo e espírito de cooperação, SINJEP e SINDJU se reuniram com a Presidente do TJPA, Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, e através do diálogo pudemos todos celebrar a reposição salarial dos servidores.

Seguimos juntos, sempre na luta e no trabalho!

A morte não é nada

*“A morte não é nada.
Eu somente passei
para o outro lado do Caminho.*

*Eu sou eu, vocês são vocês.
O que eu era para vocês,
eu continuarei sendo.*

*Me dêem o nome
que vocês sempre me deram,
falem comigo
como vocês sempre fizeram.*

*Vocês continuam vivendo
no mundo das criaturas,
eu estou vivendo no mundo do
Criador.*

*Não utilizem um tom solene
ou triste, continuem a rir
daquilo que nos fazia rir juntos.*

*Rezem, sorriam, pensem em mim.
Rezem por mim.
Que meu nome seja pronunciado
como sempre foi,
sem ênfase de nenhum tipo.
Sem nenhum traço de sombra
ou tristeza.*

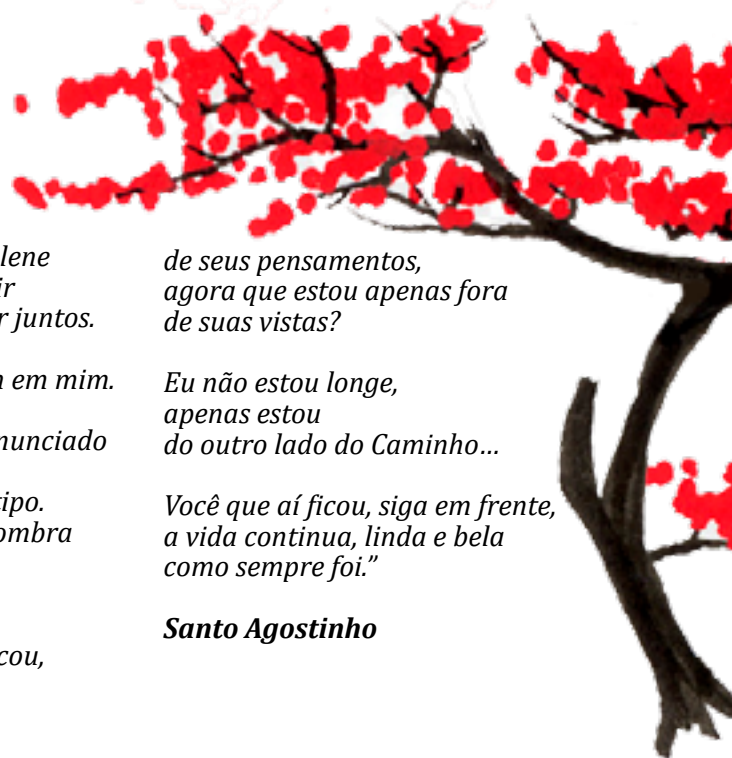
*A vida significa tudo
o que ela sempre significou,
o fio não foi cortado.
Porque eu estaria fora*

*de seus pensamentos,
agora que estou apenas fora
de suas vistas?*

*Eu não estou longe,
apenas estou
do outro lado do Caminho...*

*Você que aí ficou, siga em frente,
a vida continua, linda e bela
como sempre foi.”*

Santo Agostinho



SINJEP HOJE - FICHA TÉCNICA

Esta revista é de responsabilidade da direção do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado do Pará - SINJEP, a exceção dos artigos assinados.

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidenta

Iná Pinheiro Mendes

Vice-Presidente

Pepe Hubert Princken Larrat

Secretário Geral

Francisco Pinto Barros

Diretora de Administração e Finanças

Juliana da Costa Pereira

Diretor Jurídico

Marcos Augusto Pacheco Araujo

Dir. de Cultura, Esporte e Lazer

Ariosvaldo Oliveira Barros

Diretor de Comunicação

Marcel Espirito S. C. Lobato

Dir. Formação Política Sindical

Flaviana Trindade de Oliveira

Dir. Saúde e Segurança do Trabalho

Vicente de Paula Santiago

FOTOS

Arquivo SINJEP

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Gabriel Vilhena

EDIÇÃO

Muriel Catarina Nunes (ASCOM)

CONSELHO EDITORIAL

Iná Mendes e Marcos Araujo

EDITORIAL

Prezados colegas,

E Estamos no segundo ano do nosso mandato à frente do SINJEP, numa administração que começou em plena pandemia da Covid-19 e já vivenciando os impactos das mortes, da necessidade de segurança e proteção dos trabalhadores, do luto coletivo e da luta pela vacinação para todos. Assim, nossas dores, medo, lágrimas, saudade e esperanças se misturaram com histórias de lutas e vitórias alcançadas.

Logo no início tivemos o afastamento por assédio moral do Juiz da Comarca de Ourilândia de Norte, o que restaurou a dignidade e saúde mental e bem estar dos trabalhadores, numa atuação conjunta com os companheiros do SINDJU e SINDOJUS.

Outro momento memorável foi quando conseguimos junto à Unimed a evacuação aeromédica do colega Maurício Botão, acometido pela Covid-19 e em estado grave, da Comarca de Oriximiná para Belém. Depois do necessário tempo de hospitalização e de todo apoio do SINJEP, pudemos celebrar sua recuperação ao lado de sua de sua família.

A luta seguiu e segue sempre e, mais uma vez juntos, SINJEP, SINDJU, SINDFISCO, SINDOJUS, SISEMPPA, SINDALEPA, SINDSDP-PA, SINDSAÚDE, se uniram contra a PEC-32 a fim de impedir o Governo Federal de concretizar o desmantelamento do serviço público no país.

A eleição para a Comissão de Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e Discriminação do TJPB foi outro momento memorável para os trabalhadores do Judiciário, com os servidores Everton Silva, Monique Leite e Robson Godoi,



Diretoria cumprindo agenda de trabalho sindical

apoiados pelo SINJEP, eleitos com a maior votação da história das Comissões.

No “apagar das luzes” estivemos em reunião na Presidência do TJPB, juntamente com nossos colegas do SINDJU, e a convite de sua Diretoria. Era 9 de novembro e foi um dia em que pudemos observar a força do diálogo lúcido e respeitoso na construção de soluções e juntos celebramos a conquista do reajuste salarial.

O que fica de bom sobre o ano que passou é que nos foi permitido continuar, enquanto muitos partiram. Hoje temos a vivência e a compreensão de que unidos temos mais força para alcançar nossos objetivos, enfrentar os ataques e ultrapassar os obstáculos e adversidades.

EM 2022 seguimos firmes, na vida, na luta e no trabalho, ao lado dos nossos companheiros e companheiras, com a consciência da necessidade de união e diálogo para fazer boas coisas juntos, e com respeito mútuo.

Receba sua Revista SINJEPHOJE e nossa gratidão!

Seguimos juntos! Boa Leitura!

**NÃO FIQUE SÓ!
SINDICALIZE-SE**

SINJEP: HÁ 33 ANOS CUIDANDO DA NOSSA GENTE!!!

Acesse: sinjep-pa.org/filiacao



(91) 99332-1030



@sinjep



@sinjep_pa

SAIBA COMO AGIR EM CASOS DE ASSÉDIO MORAL

Ênio Sampaio

O que configura assédio moral é o ato repetitivo, ou seja, é o ato caracterizado por ações reiteradas do assediador.

É preciso saber diferenciar acontecimentos comuns e isolados que ocorrem nas relações de trabalho (como uma “bronca” eventual do chefe) das situações que caracterizam assédio moral. Se constantemente a pessoa sofre humilhações ou é explorada, aí sim temos assédio moral.

Assédio moral é uma espécie de violência que consiste em uma série de situações vexatórias de perseguição por atos repetitivos, causando humilhação, constrangimento e ofendendo a dignidade de um trabalhador. Elas visam diminuir, inferiorizar, isolar e desestabilizar mentalmente o empregado no seu próprio ambiente de trabalho, causando abalos físicos e mentais no indivíduo.

Algumas situações podem causar diversos danos à saúde psicológica e física do funcionário e comprometer as suas relações afetivas e sociais. Outras, podem ser graves e desestabilizar

o empregado, chegando a interferir na sua vida pessoal. A prática constante pode acarretar a incapacidade para o trabalho e, em alguns casos, até a morte.

Evitar situações de assédio moral é obrigação das chefias imediatas. Ou seja, a melhor forma é sempre a prevenção da sua ocorrência. Para isso, O TJPA deveria realizar avaliações que estudassem os riscos existentes no ambiente do trabalho e, a partir daí, traçar condutas de prevenção, como a instituição de políticas que visam a proteger a dignidade do servidor.

O Código Penal não prevê tipificação específica para esse tipo de prática. Mas autoriza que a conduta do agressor se encaixe nos chamados crimes contra a honra, tais como difamação e injúria, e até mesmo constrangimento ilegal e ameaça. Assim, caso o assédio moral seja comprovado, poderá ser desencadeada uma ação judicial, na qual o trabalhador terá o direito a receber uma indenização correspondente aos danos morais que sofreu.

FORTALECER A COMUNICAÇÃO COM OS SERVIDORES É META EM 2022

A edição de lançamento da Revista do SINJEP fortalece o investimento da diretoria sindical em construir e fortalecer novos canais de Comunicação com a categoria; integrando um amplo projeto de comunicação, iniciado ainda nos primeiros meses de trabalho da atual gestão.

O novo produto de comunicação do SINJEP é uma resposta a todo o apoio recebido por cada servidor que nos acompanha e confere, com sua atenção, a credibilidade necessária ao trabalho realizado. Por isso, colega servidora, colega servidor; convidamos VOCÊ, a se filiar ao SINJEP e integrar a nossa grande família! Juntos Somos FORTES!

SINJEP APOIA TRABALHO PIONEIRO DAS COMISSÕES DE COMBATE AO ASSÉDIO NO TJE-PA

A direção sindical acompanhou ativamente o processo de criação e implementação das Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual (CPEAMS), instituídas pela Portaria nº 2611/2021-GP, de 03 de agosto de 2021, em observância à Resolução nº 351, de 28 de outubro de 2020, do Conselho Nacional de Justiça, que estabeleceu, no âmbito do Poder Judiciário; a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação.

Dada a complexidade e importância do tema, a revista digital SINJEP HOJE ouviu com exclusividade um dos membros da CPEAMS do 1º Grau.

Everton Silva é auxiliar judiciário, está chefe da Unidade Central de Arrecadação-FRJ-Belém e foi eleito para representar os servidores do 1º Grau da Capital.



Everton Silva atua na Secretaria da Comissão de Enfrentamento ao Assédio no 1º grau

Entrevista

SINJEPHOJE: Como as CPEAMS são estruturadas?

Everton Silva: São duas as CPEAMS em funcionamento no Poder Judiciário do Estado do Pará: uma no âmbito do Tribunal e outra no do 1º Grau, ambas compostas por 11 (onze) membros: 3 (três) magistrados(as): um(a) indicado(a) pela presidência, um(a) pela AMEPA e um(a) eleito(a); 6 (seis) servidores(as): um(a) indicado(a) pela presidência, um(a) pelo SINJEP, um(a) pelo SINDJU, um(a) pelo SINDOJUS, um(a) integrante da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão e um(a) eleito(a); 1 (um(a)) colaborador(a) e 1 (um(a)) estagiário(a). Além desses 22 (vinte e dois) membros, o MPPA, a OAB/PA e a DPE/PA indicam um(a) representante cada na condição de convidado(a). As presidências das comissões são exercidas pelos(as) magistrados(as) indicados(as) pela presidência do TJPA, enquanto os(as) secretários(as) são eleitos(as) dentre os(as) membros(as) de cada comissão.

SINJEPHOJE: Onde funciona?

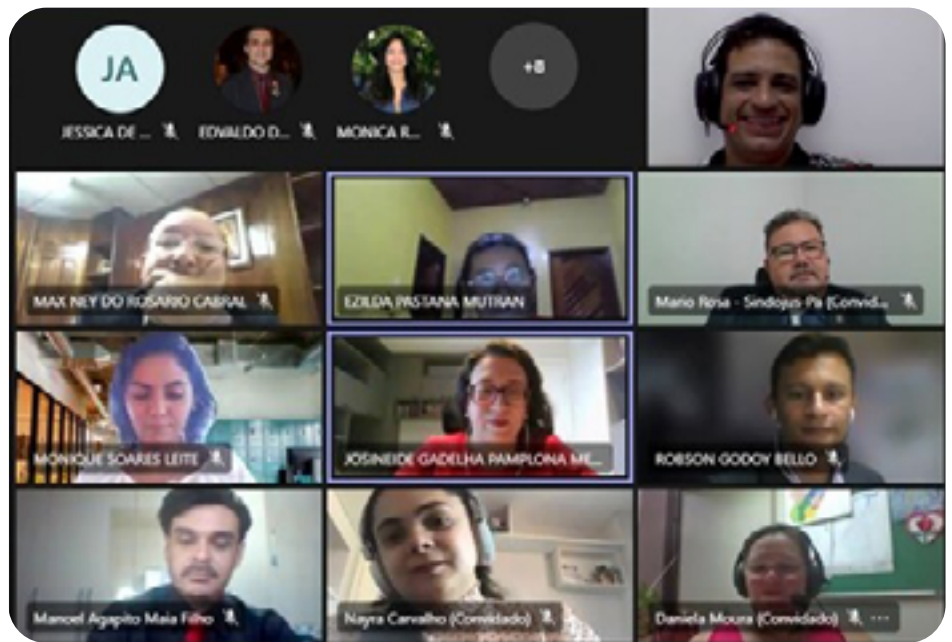
As CPEAMS não dispõem de um local próprio para funcionamento, pois todas as suas reuniões são virtuais.

SINJEPHOJE: Qual a rotina administrativa?

As CPEAMS realizam reuniões conjuntas quinzenais para debater e deliberar acerca das propostas apresentadas individualmente pelos(as) seus(suas) membros(as) ou pelos grupos de trabalho, que foram constituídos para garantir maior celeridade no tratamento de temas específicos. São 4 (quatro) os grupos de trabalho: GT1 – Canal de escuta/acolhimento; GT2 – Ações de Conscientização; GT3 – Diagnóstico Institucional/Situacional e GT4 – Vulnerabilizados. Os grupos se reúnem para debater e propor políticas para deliberação nas CPEAMS, assim como para executar as deliberações aprovadas no âmbito da sua especialidade.

SINJEPHOJE: Como acontece o acesso ao atendimento?

Não recebemos denúncias, mas sim notícias referentes às práticas de assédio e/ou discriminação. É muito importante estabelecer essa distinção entre denúncia e notícia, pois aquela pressupõe uma competência disciplinar, onde é instaurado o contraditório e é possível a aplicação de uma sanção, algo que não compete aos trabalhos



Registro da primeira reunião da CPEAMS em meio virtual

das CPEAMS, cuja atribuição, dentre tantas outras, é acolher, acompanhar e orientar os(as) noticiantes. Ressalto que toda conduta que possa configurar assédio ou discriminação poderá ser noticiada por qualquer pessoa que se perceba vítima ou que tenha conhecimento de fatos dessa natureza no trabalho. A pessoa poderá contatar as CPEAMS.

SINJEPHOJE: Como o TJE está agindo para combater os casos de assédio?

Vou me ater às políticas de prevenção e enfrentamento que são o objeto de trabalho das CPEAMS. Pois bem, o TJPA foi um dos primeiros tribunais estaduais a instituir as comissões de prevenção e enfrentamento, garantindo a representação de todos os segmentos sociais que compõem a sua população. Creio ter sido este um passo significativo de uma jornada

longa que nos exige resiliência, empatia e, de certo modo, ousadia para suplantar a cultura do silêncio e do isolamento até então vigente. Atualmente, as CPEAMS se dedicam para garantir a escuta, o acolhimento, a orientação e o acompanhamento daqueles que solicitam o nosso atendimento, ao mesmo tempo em que planejam ações de conscientização e coleta de informações para diagnóstico institucional e situacional, sejam por meio do preenchimento voluntário de um formulário direcionado aos servidores(as), estagiários(as), colaboradores(as) e magistrados(as), sejam pelas respostas obtidas de outros setores, órgãos e unidades do tribunal que detêm informações relevantes sobre a temática, preservando-se sempre o sigilo

Continua na página 7

SINJEPHOJE: Já é possível quantificar os casos?

Estamos na fase inicial da coleta das informações para elaborar um diagnóstico institucional. Não dispomos de um percentual, e mesmo que o tivéssemos não seria fidedigno, pois os números somente se aproximarão da realidade a partir da supressão da cultura do silêncio, que somente será possível a partir de um trabalho consistente de conscientização associado à garantia de um patamar mínimo de segurança para quem está sendo vítima de práticas tão abjetas e inaceitáveis em pleno século XXI.

SINJEPHOJE: Quais os casos mais comuns?

São muito comuns os relatos de gestores que chamam atenção de seus subordinados em público, geralmente com tom de voz alterado e com rispidez; casos de comando de tarefas estranhas às atribuições do cargo, tais como servir café, esquentar refeições, pagar contas em Banco e carregar bolsas e pastas e desqualificação da vítima com adjetivações desabonadoras (burro(a), incompetente ou lerdo(a))

SINJEPHOJE: Algum caso evoluiu para julgamento?

Nenhum caso acompanhado pelas CPEAMS e que também seja objeto de apuração correicional alcançou a fase de julgamento. Isso não quer dizer que

não tenha havido punição em casos anteriores à instituição das comissões ou até mesmo em casos contemporâneos a elas, mas que não tenham sido noticiados.

SINJEPHOJE: Quem sofre mais assédio: homens ou mulheres?

Considerando tão somente as escutas e os acolhimentos já realizados pelas CPEAMS, as mulheres sofrem mais assédio do que os homens. Por óbvio que a assertividade dessa informação é precária, pois há inúmeros fatores que podem falsear essa conclusão, dentre eles destaco a cultura machista que, internalizada em muitos servidores, inibe-os de aceitar que foram ou estão sendo vítimas de assédio moral ou sexual e, mesmo que reconheçam o fato, sentem vergonha em pedir ajuda.

SINJEPHOJE: Que comarca registra mais casos?

Essa informação está sendo levantada no diagnóstico institucional e situacional.

SINJEPHOJE: Quais os problemas emocionais resultantes da prática do assédio?

Crise de choro, crise de ansiedade, desânimo, baixa autoestima, insegurança na realização das atividades laborais, sentimento de inutilidade e de incapacidade, isolamento, depressão, dentre outros.

SINJEPHOJE: Qual a sua mensagem para os servidores?


A mensagem que gostaria de deixar para servidores(as), colaboradores(as), estagiários(as) e magistrados(as) é muito simples: só se previne e se enfrenta aquilo que se conhece. Portanto, busque conhecer o tema antes que ele lhe surpreenda. Há inúmeras cartilhas disponíveis na internet com linguagem clara, objetiva e direta. Caso se perceba vítima ou conheça alguém nesta situação, não se isole ou permita que isolem o(a) colega. Não silencie: converse a respeito com um familiar, com um(a) amigo(a), busque auxílio e orientação. A solidariedade e a empatia são nossas principais armas. Não relativize as causas ou subestime as consequências do assédio e da discriminação. Acredite, se não enfrentarmos juntos esses fenômenos que causam tanta dor e sofrimento, não tardará o dia em que seremos as vítimas. Por um ambiente de trabalho saudável e produtivo. #UnidosContraAssedio

Contatos CPEAMS**E-mails:**

cpeamstribunal@tjpa.jus.br
cpeams1g@tjpa.jus.br

Canal de escuta e acolhimento:

Clique Aqui!



SINJEP COMEMORA O DIA EM HOMENAGEM ÀS MULHERES

A data já está no calendário de eventos de ordem mundial há vários anos. No entanto, como a luta das mulheres avança ainda muito lentamente, é impossível não assinalar as comemorações pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. Por conta disso, o SINJEP contribui com uma homenagem especial a todas as mulheres, em especial as servidoras do TJE/PA; que com seu profissionalismo e seriedade, ajudam a dar excelência a prestação jurisdicional.

Por conta do evento, a diretoria publica uma entrevista especial com a primeira presidenta mulher da entidade. A servidora já aposentada Cacilda Pinto. Confira



Cacilda Pinto. Primeira presidenta do SINJEP

A História do SINJEP Contada Por Quem Participou

Ênio Sampaio

O ano era 1989. O Brasil vivia sob influência da ditadura. O último militar “presidente”, general Ernesto Geisel, já desde o final da década de 70, acenava para a criação de condições de uma abertura política “lenta, gradual e segura”, a qual deveria levar o país, futuramente, a algum tipo ainda não claramente definido de governo civil.

O clima era de “Diretas Já”. Havia um envolvimento cívico de várias camadas da sociedade reivindicando direitos sociais. No Pará, o Poder Judiciário não escapou desse estado de coisas. A mudança veio através dos próprios servidores, ao lançarem as bases do SINJEP. O sindicato foi responsável por avanços históricos como, por exemplo a equiparação salarial entre os servidores da capital e interior.

À frente de tudo, havia um grupo e, em meio ao grupo, uma mulher – algo impensável para aqueles dias de ações sindicais vigidas pelo DOPS.

Cacilda Maria Saraiva Pinto, historiadora e bacharela em direito, foi este personagem.

Hoje, aos sessentas anos e aposentada, a sua memória é a memória do sindicalismo no Judiciário paraense.

Nas próximas linhas, Cacilda resgata um pouco da história de construção e das lutas da entidade, em especial do papel das mulheres nesse processo. Confira:

Faço parte do primeiro concurso público que ocorreu no Poder Judiciário do Pará. Foi na gestão da desembargadora Lydia Dias Fernandes, que foi a primeira mulher a presidir um Tribunal estadual e um Tribunal Regional Eleitoral no Brasil. Ela administrou o judiciário de 1979 a 1981 e foi nesse período que o concurso foi realizado.

Assumi em 22.02.1983, já na administração de Edgar Maia Lassance Cunha (1983 a 1985), depois de muitas “idas e vindas” para tomar posse. Foi preciso recorrer de minha nota. Na revisão das provas, havia duas questões corrigidas erradas. Então, ganhei os pontos e tinha que ser chamada a assumir o cargo.



Liderança política nas manifestações dos servidores

“Naquela época, mulheres eram obrigadas a usar saia ou vestidos”

Depois, as calças foram permitidas desde que a cor fosse azul marinho. Um dia, porém, na cantina, a diretora administrativa que havia assinado tal obrigatoriedade me questionou por que trajava azul escuro, mas esqueceu que usava uma calça rosa. Então, perguntei por que era exigido de mim se ela, como diretora, não cumpria a portaria. A norma foi abolida e todas as servidoras foram beneficiadas.

Era um período de muitas lutas. Os movimentos se levantavam contra a ditadura militar ainda presente nos anos 80. Foi nesse fervilhar, que as greves de trabalhadores ressurgiram, animando muitas categorias (inclusive servidores) a se organizarem em associações, já que não podiam criar seus sindicatos.

Aquela primeira turma de concursados plantou a semente do que viria ser o SINJEP. Tudo começou com a Associação dos Trabalhadores do Judiciário (AJEP) em 1984. O presidente era Armando Soares – servidor falecido que contribuiu muito nos primórdios da entidade.

Posteriormente, fui eleita presidenta e enfrentei o desafio de comandar, com outros diretores, a primeira greve de servidores do Judiciário no Pará. O arrocho salarial era tão grande que chegamos a ganhar metade do salário-mínimo. A greve foi vitoriosa e, a partir daí, muitas outras ocorreram inclusive com o apoio de magistrados. Isso porque nossos reajustes eram repassados aos juízes. Alguns tinham salários menores que muitos assessores. O nepotismo era comum naquela época.



Manifestação de servidores públicos em frente ao Palácio da Justiça - 25/10/1995

À frente de uma entidade de classe, houve muitas retaliações. Meu nome chegou a ser publicado em diário oficial que transcrevia as sessões dos desembargadores. Assistimos à votação de nossas pautas e ouvimos uma das autoridades, aos berros, pedir a demissão dos diretores. Chegaram ao exagero de me acusar de recolher dinheiro, através da associação, para fazer treinamento de guerrilha em Cuba.

Assessores (filhos de autoridades) nos abordavam em tom de ameaça, caso não parássemos o movimento. Eu e mais dois diretores fomos chamados a depor na Divisão de Ordem Política e Social (DOPS), sob acusação de impedir o funcionamento da Justiça nos dias de greve. O objetivo era a demissão. Mas, como a isonomia dos salários dos delegados aos assessores do TJ não foi aprovada, nossa denúncia contra o nepotismo foi ouvida e o processo acabou arquivado.

Foram muitas greves e paralisações, antes de conquistarmos a isonomia de salários com os servidores do Tribunal de Contas. Asseguramos o

ticket refeição que era pago somente nas empresas privadas e que, hoje, se mantém com o vale alimentação. Conseguimos uma reestruturação de níveis e cargos. Essa conquista representou 1000% (mil por cento!) no salário dos colegas do interior. Asseguramos cursos para melhorar o atendimento ao público e tantas outras conquistas sob a bandeira do SINJEP.

Em cada uma dessas lutas e conquistas, as mulheres tiveram papel importante. Nunca foram meras “tarefeiras”. Estavam nos piquetes, na organização do fundo de greve e nas mesas de negociação. Estavam com o microfone e faziam intervenções. Encorajavam os grevistas e chamavam os “fura greve” a aderir.

Neste sentido, foi muito importante a eleição da atual diretoria do sindicato, tendo à frente uma mulher que participou de nossas primeiras greves. Hoje, aposentada do tribunal (mas nunca da luta!), vejo os trinta anos de história do SINJEP como patrimônio que precisa ser respeitado e defendido. Entendo que dividir forças é reduzir ganhos. Creio que só a união constrói aquilo que mais sonhamos – o sonho de um lugar melhor para todos e todas. Foi assim que o SINJEP nasceu.



Já aposentada, a líder sindical histórica visita a nova sede administrativa do SINJEP - 17/02/2021